

## TRAVESSIA ATLÂNTICA: A TRAJETÓRIA DE UM CASAL AÇORIANO RUMO À FRONTEIRA DA AMÉRICA MERIDIONAL

Atlantic crossing: the trajectory of an Azorean couple towards the border of South America

Claudia Schemes\*  
claudias@feevale.br

Letícia Vieira Braga da Rosa\*\*  
leticiarosa@feevale.br

Magna Lima Magalhães\*\*\*  
magna@feevale.br

**RESUMO:** O artigo tem como objetivo trazer à luz as experiências vividas pelo Casal do Número Manuel da Rosa e Ana Pereira em sua jornada migratória pela América Meridional. A partir da “Política de Casais”, Portugal buscava ampliar a ocupação das terras meridionais e a defesa de seus territórios, os quais estavam em constante disputa com os espanhóis. Para tanto, promoveu o deslocamento de famílias dos Açores para povoar e colonizar o sul da América portuguesa no século XVIII. Através de documentos históricos, como os registros dos livros eclesiais, pode-se identificar vestígios e pistas acerca da viagem transatlântica e as agruras presentes na travessia, bem como os desafios fronteiriços para povoar o extremo sul da América Portuguesa. Ao acompanhar as pistas e vestígios do deslocamento de Manoel e Ana, destaca-se um Casal de Número que vivenciou as experiências do movimento de emigração que resultou no deslocamento de mais de seis mil açorianos emigrantes do Arquipélago de Açores para as terras da América Meridional, atendendo ao Edital de 1746.

**PALAVRAS-CHAVE:** Açorianos; América Meridional; Migração.

**ABSTRACT:** The article aims to bring to light the experiences lived by Casal do Número Manuel da Rosa and Ana Pereira in their migratory journey through South America. From the “Couples Policy”, Portugal sought to expand the occupation of the southern lands and the defense of its territories, which were in constant dispute with the Spaniards. To this end, he promoted the displacement of families from the Azores to populate and colonize the south of Portuguese America in the 18th century. Through historical documents, such as the records of church books, one can identify vestiges and clues about the transatlantic journey and the hardships present in the crossing, as well as the border challenges to populate the extreme south of Portuguese America. By following the clues and traces of Manoel and Ana's displacement, a Couple of Number stands out who lived through the experiences of the emigration movement that resulted in the displacement of more than six thousand Azorean emigrants from the Azores Archipelago to the lands of South America, complying with the Edict of 1746.

**KEYWORDS:** Azoreans; South America; Migration.

Em 1746, Portugal estabeleceu o programa de colonização do sul do Brasil com moradores do Arquipélago dos Açores, determinando o transporte de casais, que ficaram conhecidos como “Casais do Número”, “Casais das Ilhas” ou “Casais d’El Rey”<sup>1</sup>. Os primeiros

\* Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Professora na Universidade Feevale.

\*\* Doutora em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade de Feevale. Professora na Universidade de Feevale.

\*\*\* Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professora na Universidade de Feevale.

<sup>1</sup> A expressão “Casais d’El Rey” refere-se às famílias que receberam subsídios da Coroa Portuguesa para povoar o Brasil Meridional, a partir do Edital Régio de 1746 e inclui não apenas o casal em si, mas também seus parentes

grupos foram instalados em Santa Catarina e, depois de 1750, enviados para povoar o Rio Grande de São Pedro.

O artigo tem como foco analisar o percurso e as experiências vividas pelo Casal do Número Manuel da Rosa e Ana Pereira em sua jornada migratória pela América Meridional, utilizando a escala individual para evitar dicotomias sobre o tema, tais como origem e destino, emigração/imigração, bem como percursos unidirecionais, centrados nos grandes feitos e nas figuras ilustres, na ideia de epopeia ou mito das origens.

A noção de territorialização e soberania implicadas no traçado dos limites pode ser associada às estratégias de que fala Certeau (2014), impostas pelos centros de poder e em escala estatal. Já a noção de fronteira, corresponde às táticas dos indivíduos comuns, as pessoas que circulam e habitam entre esses limites, estabelecendo redes, trocas, transgressões, esforços de sobrevivência, astúcias e vitórias sobre o controle do Estado territorial.

Tau Golin (2002, p. 9) considera a fronteira como “um processo de construção histórica”, definido não apenas pelo espaço e os limites geopolíticos, mas também pelo tempo, movimento e memória. Já, para Machado (1998, p. 42), enquanto o limite é a linha político-territorial traçada pelo Estado e “orientado para dentro” como fator de separação, a fronteira está “orientada para fora”, é o lugar da comunicação, da mobilidade, ligado a presença de gente.

Enquanto lugar de comunicação, a fronteira corresponde a “uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sociais, políticas e culturais distintas” (MACHADO, 1998, p. 42). Considerada a partir do viés relacional, ao mesmo tempo em que une, interage e comunica, a zona de fronteira também é lugar da diferença, da disputa, do outro, em que “se inserem as crises, os conflitos e os ódios mútuos” (GOLIN, 2002, p. 15).

Frega (2003, p. 121, tradução nossa) aponta que os limites e as fronteiras são determinados pelos centros de poder como espaços de exclusão e diferença, o que implica “[...] um ‘dentro’ e um ‘fora’, um ‘nós’ e um ‘eles’, com diferentes níveis de ‘desconfiança’ em

---

e agregados. “Casais das Ilhas” ou “Casais de ilhéus” indica a origem geográfica dos imigrantes, abrangendo tanto as famílias dos Açores quanto as da ilha da Madeira, incluídas no projeto migratório no ano seguinte, pela Provisão Régia de 9 de agosto de 1747. A expressão “Casal do Número” designa os casais atendidos pela Fazenda Real e registrados em seus Livros de Matrícula, abrangendo além dos casais constituídos nas ilhas, os casais formados por açorianos e/ou madeirenses em solo brasileiro.

relação aos grupos vizinhos.” Mas também é uma área de interrelação, espaço em que operam processos sociais, econômicos e culturais que fazem da fronteira um lugar de trânsito, refúgio e tráfico, com interesses próprios dos homens e mulheres que aí habitam e vão constituindo grupos nem sempre coincidentes com os interesses dos governos a que estão subordinados.

Tais perspectivas relacionadas ao movimento de imigração e, especialmente, focadas na jornada do casal Manuel da Rosa e Ana Pereira permitem pensar sobre a complexidade e o contexto histórico que envolvia a saída da terra natal e a travessia transatlântica em busca de oportunidades na América Meridional, cujos limites e fronteiras estavam em processo de construção, devido as disputas territoriais entre as duas Coroas Ibéricas.

### *1. Procedimentos teórico-metodológicos*

De uma perspectiva interdisciplinar a investigação combina uma multiplicidade de perspectivas teóricas e metodológicas, como a Sociologia Compreensiva de Weber (1979) e a proposta de Micro-história de Levi (2000), adotando como principais autores de referência Simmel (2006), Certeau (2014) e Levi (2000; 2015).

Enquanto método de abordagem, a Sociologia Compreensiva considera os atos humanos como unidade básica de explicação, investigando os fenômenos históricos e culturais a partir das relações que se estabelecem entre os indivíduos e suas ações sociais. O autor propõe analisar a realidade em seu contexto universal, partindo de perspectivas específicas e parciais, que em termos metodológicos, permitam selecionar, analisar, organizar e compreender não o que é genérico, comum, oficial, mas o que há de específico (WEBER, 1979).

Não se trata de buscar as regularidades de um fenômeno para construção de regras gerais, nem de utilizar os casos individuais para formar generalizações, o que se procura é o sentido das ações individuais, tendo em vista a compreensão da vida sociocultural. O caso individual, as trajetórias singulares, são utilizados para a compreensão do que têm de característico; o olhar recaindo sobre o singular, visando o que lhe é distintivo e peculiar.

À essa abordagem, alinha-se a análise micro-histórica proposta por Levi (2000, p. 47), de investigar os acontecimentos minúsculos da vida cotidiana, considerando que “onde aparentemente nada há”, aí podem ser observadas as práticas cotidianas de um fragmento

do mundo e, por analogia, temas e problemas gerais. Mais do que a utilização de uma escala reduzida, pelo princípio da variação de escalas são associadas diferentes dimensões da experiência social para considerar a realidade histórica em sua riqueza e complexidade.

O jogo de escalas permite buscar a significação das relações que ligam a trajetória de um homem ou de um grupo a uma sociedade determinada ao longo de uma multiplicidade de espaços e de tempos sociais. “A mudança da escala de análise é essencial para a definição da micro-história” (REVEL, 1998, p. 19).

No que tange às questões migratórias, essa perspectiva procura entender os movimentos ou transformações coletivas, não a partir do movimento em si, mas dos deslocamentos de cada ator social. Levi (2015, p. 23) aponta a importância de analisar os deslocamentos a partir de um quadro de estratégias parentais complexas, considerando que o problema das migrações é “determinado pela estrutura familiar” (2015, p. 250), o que exige que se investigue, além do lugar de destino, o lugar de saída e as relações constituídas entre os que partem e os que ficam.

Na trilha desses vestígios e trajetórias singulares, utiliza-se a escala individual, focada nas experiências vividas pelo casal do número Manuel da Rosa e Ana Pereira, para compreender as dificuldades enfrentadas pelos imigrantes açorianos durante a travessia do Atlântico. Para validar os diversos dados, investigadores, teorias e métodos que se busca alinhar, adota-se a Estratégia de Triangulação de Denzin (2009). A triangulação contribuiu na organização dos documentos referentes aos múltiplos territórios envolvidos, abrangendo regimentos, correspondências, registros de batismo, casamento e óbito, além de bases de dados preexistentes.

A partir dessa perspectiva, o quadro teórico toma como base Simmel (2006), Certeau (2014) e Levi (2000; 2015) e diversos outros autores acionados ao longo do texto, para discutir as relações entre migração, estratégias familiares, relações de poder e a economia do dom no período colonial.

A economia do dom, economia de privilégios ou economia de favores era uma prática de distribuição e retribuição de favores costumeira em Portugal, que estruturava as relações sociais e políticas, estendendo-se também às colônias. Segundo Xavier e Hespanha (1993, p. 382), na sociedade do Antigo Regime, o dom fazia parte “de um universo normativo preciso e detalhado que lhe retirava toda a espontaneidade”. Ligado ao costume tradicional da

retribuição, constituía uma cadeia infinita de atos benéficos, abrangendo a retribuição de serviços prestados ao Rei e à Coroa e, também, múltiplas práticas informais de poder construídas sobre relações desiguais e assimétricas, entre um polo dominante, credor do benefício, e um polo dominado, devedor. Embora não exigisse contrapartida expressa ou imediata, veladamente obrigava, em sinal de respeito ou atenção, à disponibilidade para prestar serviços futuros e incertos (XAVIER; HESPANHA, 1993, p. 382).

A essas estratégias constituídas de poder, Certeau (2014) opõe e descreve o uso de táticas e comportamentos sociais utilizados pelos grupos dominados como defesa frente aos grupos de poder. A estratégia está ligada à figura de autoridade e às forças dominantes, “postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e, portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta” (CERTEAU, 2014, p. 46). Já as táticas, são maneiras de fazer, vitórias do fraco sobre o mais forte, pequenos sucessos, astúcias, ações que não podem contar com um próprio, “só tem por lugar o do outro” (ibid, p. 74). Práticas cotidianas são do tipo tática e resultam das capacidades inventivas de “jogar com os acontecimentos”, transformando-os em ocasiões a serem aproveitadas pelos indivíduos comuns frente às estratégias de poder.

À concepção tática de Certeau pode-se associar a acepção de estratégia definida por Levi (2000, p. 45), que aborda a utilização estratégica das normas sociais, tomadas como resultado das escolhas feitas pelo indivíduo ou grupo familiar, não apenas como simples resistências frente às leis e ao poder constituído, mas visando a sobrevivência ou adaptação na política da vida cotidiana, bem como sua transformação e utilização no mundo social e natural. Levi (2000) aponta as estratégias familiares como complexas redes de sustentação material e psicológica, afetiva e política que não se limitam à unidade de residência. A família abrange uma rede de alianças e solidariedades entre grupos distintos de parentes não corresidentes, interligados por vínculos de parentesco consanguíneo ou por relações de afinidade, cuja base é a procura de segurança diante das incertezas do mundo social.

Levi (2000, p. 26) destaca que a estratégia não recai sobre o indivíduo isoladamente, visto que sozinho não é capaz de influir no destino ou nas decisões do Estado, isto é, fatores externos e de seu entorno, mas “todos, e cada um em seu lugar”, estão submetidos, ao mesmo tempo, a limitações e solidariedade tanto do grupo quanto do Estado. Embora ao observar a

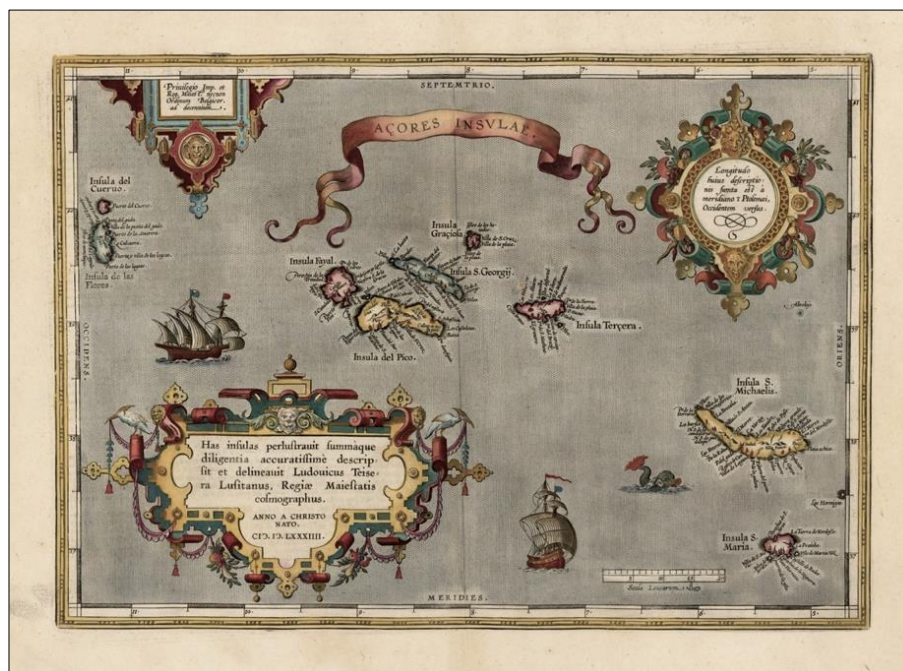
sociedade de longe os resultados pareçam escapar ao controle das pessoas e às suas próprias vidas, “os grupos e as pessoas atuam com uma própria estratégia significativa capaz de deixar marcas duradouras na realidade política que, embora não sejam suficientes para impedir as formas de dominação, conseguem condicioná-las e modificá-las” (LEVI, 2000, p. 45).

Aqui, cabe o entendimento de Simmel (2006) sobre a interação entre indivíduos que reciprocamente se afetam, modificam, formam grupos e são determinados por essa existência coletiva, em uma relação de convívio com referência ao outro, com o outro, para o outro e contra o outro. Nesse “fluxo incessante”, cujos laços de associação são feitos, desfeitos e refeitos, também as heranças, tradições e comportamentos das gerações passadas vão se mesclando às características próprias do indivíduo (SIMMEL, 2006, p. 17-8).

Diante dos problemas, conflitos e incertezas da vida cotidiana, as estratégias familiares atuam como possibilidades de apoio e proteção, mas também de restrições das capacidades de manobra e possibilidades inventivas, visto que o comportamento de cada indivíduo está comprometido com o grupo. Assim, as redes de parentesco e solidariedade são utilizadas como forma de obter favores e proteção, mas também como ponto onde apoiar-se para melhorar as chances frente aos acontecimentos, configurando amplas estratégias de sobrevivência e de mobilidade social. Nesse sentido, ao analisar o fenômeno migratório, há de se considerar o quadro de estratégias parentais complexas (LEVI, 2015, p. 23), as relações de parentesco entre grupos de parentes não corresidentes e de parentes por afinidade, as ajudas, as solidariedades, as alianças, as influências, os conflitos, as dependências e as desigualdades dessas redes.

## 2. *Os Açores e a “Política de Casais”*

O Arquipélago dos Açores constitui uma Região Autônoma da República Portuguesa situada no Oceano Atlântico Norte, integrado por nove ilhas divididas em três grupos, que totalizam uma área de 2.334 km<sup>2</sup>. O Grupo Oriental compreende as ilhas de São Miguel e Santa Maria; o Grupo Central abrange Faial, Pico, São Jorge, Graciosa e Terceira; e o Grupo Ocidental inclui as ilhas de Corvo e Flores (REOT.A, 2003). A figura 1 mostra o mapa mais antigo da região a apresentar todas as ilhas.

Figura 1 – *Insulae Azores* - Mapa dos Açores de 1584

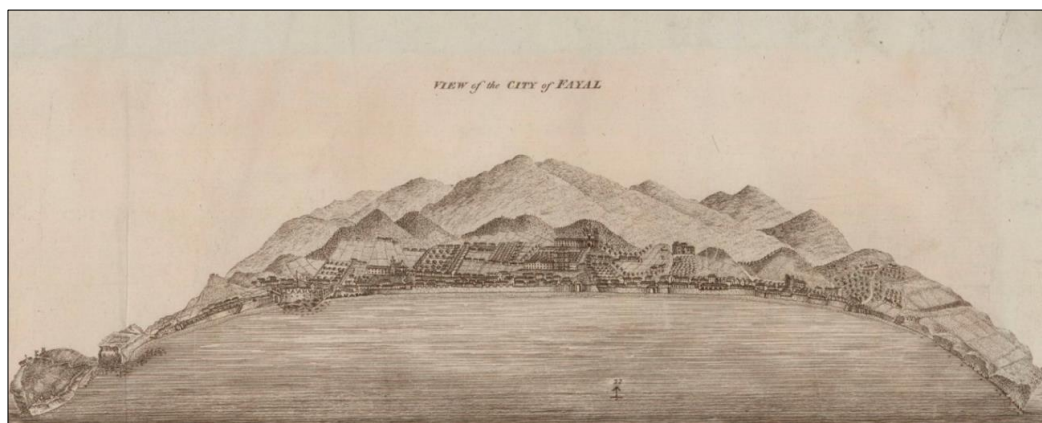
Fonte: The Barry Lawrence Ruderman Map Collection, Stanford University Libraries<sup>2</sup>

Inicialmente um território desabitado, as ilhas foram povoadas após a ocupação portuguesa, no decorrer da primeira metade do século XV. Os primeiros enviados foram degredados e escravizados africanos; posteriormente, foram enviados portugueses de diversas regiões, que constituíram a maior parte dos povoadores. Por não haver portugueses interessados em número suficiente, o processo também atraiu pessoas de outros lugares, como flamengos da região de Flandres, espanhóis vindos de Castela, Astúrias, Galícia, Biscaia e Canárias; italianos, franceses, ingleses, irlandeses, escoceses, alemães, mouriscos e judeus.

Os primeiros grupos populacionais dos Açores se estabeleceram nas regiões litorâneas e enseadas. Devido às dificuldades de acesso e às condições climáticas, predominou o povoamento ao longo das faixas costeiras, com o interior das ilhas ficando quase desabitado (MENESES, 2005). A figura 2 ilustra essa concentração populacional ao longo das faixas costeiras, apresentando a baía da cidade da Horta, na ilha do Faial.

<sup>2</sup> “*Açores Insulae*”, mapa desenhado por Luís Teixeira, foi publicado pela primeira vez no livro “*Theatrum Orbis Terrarum*” de Abraham Ortelius, impresso na Antuérpia, em 1584, p. 15. Imagem sob licença CC BY-NC-AS, disponível em <https://purl.stanford.edu/bq128rr3138>. Acesso em 2 jun. 2021.

Figura 2 – Vista da Horta, Ilha do Faial



Fonte: Bibliothèque Nationale de France, Département Cartes et Plans.

A ocupação das ilhas não ocorreu de forma simultânea ou homogênea, sofrendo variações conforme o grupo de povoadores e a situação político-institucional a que estavam sujeitos. Rodrigues (2008, p. 13) destaca as diferenças entre as ilhas realengas, que estavam sob a dependência do monarca português; e as ilhas sob regime senhorial, que não estavam sujeitas ao controle e administração direta da Coroa Portuguesa: “Diferentes realidades e vivências político-administrativas, económicas e sociais espelhavam-se assim na coexistência de representações espaciais e de identidades diferentes. O todo, o colectivo [sic] que conhecemos como Açores, quebrava-se por acção [sic] das dinâmicas que confluíam no ‘poder do lugar’.” Essa diversidade no povoamento do Arquipélago foi desenhando as socialidades e os limites simbólicos entre ilhas.

Pela localização atlântica, o Arquipélago se tornou um centro de relevância geoestratégica para Portugal, ligando as rotas oceânicas entre a Europa, a Costa da África, o Oriente e as Américas. “Encruzilhada do mundo atlântico”, constitui um “ponto-charneira”, paragem obrigatória nas navegações de longo curso (LIMA, 1976, p. 541).

Devido à condição insular, a mobilidade é uma característica dos Açores, tanto internamente entre ilhas, como externamente ao fornecer pessoas para a expansão do império português. “Inter-ilhas, para o continente ou para o exterior, as movimentações das gentes açorianas foram uma realidade ao longo dos tempos” (ROCHA, 2005, p. 127).

O protagonismo das gentes das ilhas na ocupação, povoamento e defesa das fronteiras imperiais portuguesas é destacado por Rodrigues (2017), que aponta a resistência dos açorianos diante das dificuldades:



Neste contexto, pela sua reconhecida capacidade de adaptação e resistência a condições difíceis ou porque as ilhas se situavam em posição charneira no cruzamento de rotas, as gentes islenhas constituíram, em diversas ocasiões, um recurso importante da monarquia para povoar e defender outras zonas de fronteira, periféricas, mas vitais, do império português (RODRIGUES, 2017, p. 542).

Em diversas ocasiões a Coroa Portuguesa buscou atrair famílias açorianas prometendo transporte, equipamentos, terras e auxílio financeiro aos casais dispostos a emigrar. Esse foi o caso dos “Casais do Número”, “Casais das Ilhas” ou “Casais d’El Rey” que, pelo Edital Régio de 1746<sup>3</sup>, foram enviados para ocupar a fronteira meridional da América Portuguesa.

Essa “Política de Casais” foi o sistema migratório utilizado por Portugal como forma de garantir e expandir a posse do território americano, especialmente nas regiões de fronteira, adotando um “programa de colonização organizada” (PESAVENTO, 1991, p. 15). Utilizando moradores do Arquipélago dos Açores a política visava povoar a ilha de Santa Catarina bem como a “terra firme adjacente, desde o Rio de São Francisco do Sul até ao Serro de São Miguel”<sup>4</sup>, o que correspondia a ocupação e povoamento dos territórios de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro, até o forte de São Miguel.

Ao utilizar na fronteira sul-brasileira a “Política de Casais”, Portugal buscava ampliar a ocupação das terras meridionais e defender seus territórios, em constante disputa com os espanhóis, promovendo o deslocamento de famílias inteiras dos Açores para colonizar o litoral sul da América portuguesa no século XVIII.

### 3. A trajetória do Casal do Número Manuel da Rosa e Ana Pereira

A ilha do Faial<sup>5</sup> faz parte das ilhas do Grupo Central do Arquipélago dos Açores, sendo o vértice mais a Oeste das chamadas “ilhas do triângulo”, em conjunto com a ilha de São Jorge e a ilha do Pico.

---

<sup>3</sup> BPARJG, 08-LV-REG-CMHORTA. Registro da ordem de Sua Majestade para o transporte dos casais. Disponível em: [http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca\\_digital/08-LV-REG-CMHORTA/08-LV-REG-CMHORTA\\_item1/index.html?page=245](http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/08-LV-REG-CMHORTA/08-LV-REG-CMHORTA_item1/index.html?page=245). Acesso em: 3 jul. 2021.

<sup>4</sup> PROVISÃO Regia de 9 de agosto de 1747. In: *Arquivo dos Açores*. Volume I. Ponta Delgada, São Miguel, Açores: Tip. do Arquivo dos Açores, 1878, p.377-381. Disponível em: <https://archive.org/stream/archivodosaore01pont#page/376/mode/2up>. Acesso 21 jun 2019.

<sup>5</sup> O Faial recebeu seu nome devido à exuberância das faias (*Myrica faya*), árvore nativa que era abundante quando a ilha foi povoada. Anteriormente havia sido denominada “Ilha dos Flamengos” ou Flandrica, por ter sido povoada por colonos de Flandres. (D’ALMEIDA, 1893).

Em meados do século XVIII, a população da ilha do Faial era cerca de 16 mil pessoas (MENESES, 2013), entre as quais Ana Pereira, de 28 anos<sup>6</sup>, segunda filha de Pedro Dutra da Costa e Catarina da Silva, casada na freguesia do Castelo Branco na tarde de quinta-feira de 30 de maio de 1743<sup>7</sup> com Manuel da Rosa, de 32 anos<sup>8</sup>, natural da freguesia do Capelo, Faial e filho mais velho de Bartholomeu da Rosa e Beatriz Gularte.

Por ocasião do casamento, tanto os pais de Ana quanto os pais de Manuel já eram falecidos. Embora se desconheça as circunstâncias do casamento, a data de nascimento da filha Jacinta Bernarda, em 8 de agosto de 1743<sup>9</sup>, indica que a noiva estava grávida ao se casar.

Ana havia ficado órfã aos 15 anos de idade, com a morte de sua mãe, em 15 de abril de 1730<sup>10</sup>, aos 46 anos. No ano anterior, em 30 de janeiro de 1729<sup>11</sup>, também havia perdido a irmã mais velha, chamada Catarina, como a mãe. O pai, Pedro Dutra, de apelido o “Malaca”, faleceu em 8 de julho de 1735<sup>12</sup>, aos 69 anos.

É a partir das informações sobre a morte dos pais de Ana que se pode presumir a condição econômica desfavorável enfrentada pela família. O livro de óbitos de Castelo Branco traz a anotação de missas e sufrágios pela alma de Catarina Silva, que não fez testamento “por ser pobre”. Já na morte de Pedro Dutra, seis anos após, o documento indica: “não fez

---

<sup>6</sup> BPARJJG - Horta - FAL-HT-CASTELOBRANCO-B-1706-1736, imagem n. 104. Registro de batismo de Ana. Disponível em: [http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca\\_digital/FAL-HT-CASTELOBRANCO-B-1706-1736/FAL-HT-CASTELOBRANCO-B-1706-1736\\_item1/index.html?page=104](http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/FAL-HT-CASTELOBRANCO-B-1706-1736/FAL-HT-CASTELOBRANCO-B-1706-1736_item1/index.html?page=104). Acesso em: 25 jan. 2021.

<sup>7</sup> BPARJJG - Horta - FAL-HT-CASTELOBRANCO-C-1711-1809, imagem n. 76. Registro de casamento de Manuel da Rosa e Ana Pereira. Disponível em: [http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca\\_digital/FAL-HT-CASTELOBRANCO-C-1711-1809/FAL-HT-CASTELOBRANCO-C-1711-1809\\_item1/index.html?page=76](http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/FAL-HT-CASTELOBRANCO-C-1711-1809/FAL-HT-CASTELOBRANCO-C-1711-1809_item1/index.html?page=76). Acesso em: 24 jan. 2021.

<sup>8</sup> BPARJJG - Horta - FAL-HT-CAPELO-B-1706-1760, imagem n. 19. Registro de batismo de Manuel. Disponível em: [http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca\\_digital/FAL-HT-CAPELO-B-1706-1760/FAL-HT-CAPELO-B-1706-1760\\_item1/index.html?page=19](http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/FAL-HT-CAPELO-B-1706-1760/FAL-HT-CAPELO-B-1706-1760_item1/index.html?page=19). Acesso em: 24 jan. 2021.

<sup>9</sup> BPARJJG - Horta - FAL-HT-CASTELOBRANCO-B-1736-1777, imagem n. 46. Registro de batismo de Jacynta, nascida em 8 de agosto de 1743. Disponível em: [http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca\\_digital/FAL-HT-CASTELOBRANCO-B-1736-1777/FAL-HT-CASTELOBRANCO-B-1736-1777\\_item1/index.html?page=46](http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/FAL-HT-CASTELOBRANCO-B-1736-1777/FAL-HT-CASTELOBRANCO-B-1736-1777_item1/index.html?page=46). Acesso em: 24 jan. 2021.

<sup>10</sup> BPARJJG - Horta - FAL-HT-CASTELOBRANCO-O-1727-1782, imagem n. 0012. Registro de óbito de Catarina da Silva. Disponível em: [http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca\\_digital/FAL-HT-CASTELOBRANCO-O-1727-1782/FAL-HT-CASTELOBRANCO-O-1727-1782\\_item1/index.html?page=12](http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/FAL-HT-CASTELOBRANCO-O-1727-1782/FAL-HT-CASTELOBRANCO-O-1727-1782_item1/index.html?page=12). Acesso em: 3 nov. 2021.

<sup>11</sup> BPARJJG - Horta - FAL-HT-CASTELOBRANCO-O-1727-1782, imagem n. 0009. Registro de óbito de Catarina. Disponível em: [http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca\\_digital/FAL-HT-CASTELOBRANCO-O-1727-1782/FAL-HT-CASTELOBRANCO-O-1727-1782\\_item1/index.html?page=9](http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/FAL-HT-CASTELOBRANCO-O-1727-1782/FAL-HT-CASTELOBRANCO-O-1727-1782_item1/index.html?page=9). Acesso em: 3 nov. 2021.

<sup>12</sup> BPARJJG - Horta - FAL-HT-CASTELOBRANCO-O-1727-1782, imagem n. 27. Registro de óbito de Pedro Dutra. Disponível em: [http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca\\_digital/FAL-HT-CASTELOBRANCO-O-1727-1782/FAL-HT-CASTELOBRANCO-O-1727-1782\\_item1/index.html?page=27](http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/FAL-HT-CASTELOBRANCO-O-1727-1782/FAL-HT-CASTELOBRANCO-O-1727-1782_item1/index.html?page=27). Acesso em: 3 nov. 2021.

testamento por ser muito pobre”. Pode-se perceber que, após a morte de Catarina Silva, a família perdeu poder aquisitivo, passando da condição de pobre para a de muito pobre.

A situação econômica da família também é atestada pela idade de Ana ao casar-se. Embora a idade do primeiro casamento pudesse oscilar entre as paróquias, grupos e circunstâncias demográficas das ilhas, Amorim (2021) aponta a frequência do casamento tardio para ambos os sexos. Para as mulheres a faixa etária para o primeiro casamento era, em média, superior aos 26 anos de idade, no entanto, essa idade era elevada principalmente para as mais abastadas. Tal comportamento indica o papel regulador do casamento na sociedade açoriana. Devido as restrições territoriais das ilhas, a idade ao casar-se, a fertilidade dos casais e o número de pessoas que se mantinham solteiras eram mecanismos para controlar o crescimento populacional. “Numa sociedade tradicional, em que os nascimentos fora do casamento são limitados, um casamento tardio apresenta-se como um meio eficaz de controle da descendência” (AMORIM, 2011, p. 45).

Apenas do irmão mais velho de Ana, Manuel Dutra da Silva, foram encontrados registros depois de adulto, tendo-se casado em 21 de outubro de 1743 com a também órfã Maria Goulart. Embora o casamento de Manuel Dutra da Silva e Maria Goulart tenha ocorrido nove meses depois que o de sua irmã Ana Pereira com Manuel da Rosa, as duas anotações estão localizadas uma abaixo da outra, no livro de casamentos da paróquia de Santa Catarina do Castelo Branco, na folha 76.

Em 29 de abril de 1745, Manuel Dutra da Silva e Maria Goulart comparecem como padrinhos de batismo do sobrinho Manuel, segundo filho de Manuel da Rosa e Ana Pereira. Depois disso, em 4 de junho de 1748<sup>13</sup>, Manuel Dutra da Silva faleceu e sua viúva, Maria Goulart, voltou a casar-se com Antônio Silveira Rodrigues. Sobre os outros irmãos de Ana Pereira, José, Joana e André, assim como Josefa, Pedro e Maria, irmãos de Manuel da Rosa, não se encontrou nenhum registro, afora os de batismo.

Manuel da Rosa e Ana Pereira moravam com os dois filhos, Jacinta Bernarda e Manuel, na freguesia de Castelo Branco, no Faial, quando em 1746, chega aos Açores a

---

<sup>13</sup> BPARJG - Horta - FAL-HT-CASTELOBRANCO-O-1727-1782, imagem n. 74. Registro de óbito de Manuel Dutra da Silva. Disponível em: [http://culturacoeres.azores.gov.pt/biblioteca\\_digital/FAL-HT-CASTELOBRANCO-O-1727-1782/FAL-HT-CASTELOBRANCO-O-1727-1782\\_item1/index.html?page=74](http://culturacoeres.azores.gov.pt/biblioteca_digital/FAL-HT-CASTELOBRANCO-O-1727-1782/FAL-HT-CASTELOBRANCO-O-1727-1782_item1/index.html?page=74). Acesso em: 3 nov. 2021.

resolução de D. João V para que das ilhas fossem transportados, às custas da Real Fazenda, “os Casaes de pessoas que voluntariamente quiserem ir estabelecer-se nos estados da América”<sup>14</sup>. As providências dessa medida estavam dispostas na carta régia de 5 de setembro de 1746, na qual o Rei apresenta a proposta da seguinte forma: “fui servido fazer mercê aos moradores dessas ilhas que se quiserem ir estabelecer no Estado do Brasil”<sup>15</sup>. Junto à carta remete 400 cópias do Edital, a ser publicado em todas os povoados:

El Rei, Nosso Senhor, atendendo às representações dos moradores das Ilhas dos Açores, que lhe têm pedido, mande tirar delas o número de Casaes que for servido e transportá-los à América, donde resultará às ditas Ilhas, grande alívio em não ver padecer os seus moradores, reduzidos aos males que traz consigo a indigência em que vivem, e ao Brasil um grande benefício em fornecer de cultores alguma parte dos vastos domínios do dito Estado [...]<sup>16</sup>.

O Edital também detalhava os benefícios da proposta. Além do transporte, cada casal receberia um quarto de légua em quadra<sup>17</sup> de terras para cultivo, ferramentas, sementes, duas vacas e uma égua. As mulheres casadas e as solteiras de mais de 12 anos e menos de 25, receberiam 2.400 réis de ajuda de custo. Cada filho receberia mil réis. No primeiro ano ainda ganhariam farinha para o sustento de cada pessoa com mais de sete anos de idade. E, quando a família aumentasse e pudesse cultivar mais terras, poderiam pedi-las ao governador.

O incentivo financeiro direcionado às mulheres evidencia o papel destinado às açorianas no projeto migratório, na condição de esposa, filha, mãe ou sogra do casal, ou agregada como sobrinha, afilhada ou outro tipo de parentesco. Educadas segundo os princípios do Antigo Regime Português, as açorianas tinham no casamento a forma fundamental de sua inserção na sociedade e, ao passar para a América Meridional, sua “única maneira de sobreviver”. (FRANZEN, 2004, p.3). Ao promover o povoamento e a ocupação de territórios, interessava à Coroa Portuguesa estimular a presença feminina, com a fixação dos casais transportados e a constituição de novas famílias de origem açoriana, assujeitadas à hierarquia de poder e estratificação social portuguesa, ao contrário do que ocorria nos

---

<sup>14</sup> BPARJJG, 08-LV-REG-CMHORTA. Carta Régia de 31 de agosto de 1746. Disponível em: [http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca\\_digital/08-LV-REG-CMHORTA/08-LV-REG-CMHORTA\\_item1/index.html?page=245](http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/08-LV-REG-CMHORTA/08-LV-REG-CMHORTA_item1/index.html?page=245). Acesso em: 3 jul. 2021.

<sup>15</sup> BPARJJG, 08-LV-REG-CMHORTA, fl. 247v. Carta Régia de 5 de setembro de 1746. Disponível em: [http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca\\_digital/08-LV-REG-CMHORTA/08-LV-REG-CMHORTA\\_item1/index.html?page=246](http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/08-LV-REG-CMHORTA/08-LV-REG-CMHORTA_item1/index.html?page=246). Acesso em: 3 jul. 2021.

<sup>16</sup> AHU\_ACL\_021, Cx. 1, Doc. 46, p. 18. Projeto Resgate - Santa Catarina (1717-1787). Edital Régio de 1746. Disponível em: [http://resgate.bn.br/docreader/021\\_SC/353](http://resgate.bn.br/docreader/021_SC/353). Acesso em: 3 jul. 2021.

<sup>17</sup> Um quarto de légua em quadra corresponde a 272 hectares (OSÓRIO, 2007, p. 88).

territórios ocupados pelos povos originários que não atendiam ou se subordinavam as lógicas europeias.

Analisando o teor da carta régia de 5 de setembro de 1746 e do Edital publicado nas Ilhas, percebe-se que o projeto migratório era apresentado como uma dádiva, em que o rei atende à súplica de seus súditos e, às custas da Fazenda Real, decidia-se a transportá-los para o território americano. Em retribuição, havia apenas a necessidade de os Casais do Número cultivarem as terras que lhes fossem destinadas.

Ressalta-se aqui a utilização da economia do dom, com a utilização de um tom caridoso e promessa de benefícios, como ajuda de custo, ferramentas, animais, mantimentos e terras, que escondiam a principal finalidade do Programa Migratório, que era atender aos propósitos político-territoriais e econômico-mercantis da Coroa Portuguesa. Ao aceitar a proposta, os açorianos se comprometiam em retribuir a mercê real. Entretanto, mais do que cultivar suas terras, assumiam o compromisso pela guarda e a defesa do território, dando continuidade à expansão portuguesa, frente à rivalidade e à constante ameaça de invasão espanhola, em uma região cujos limites e fronteiras estavam em processo de construção.

A proposta foi divulgada em todo o Arquipélago com a distribuição de cópias do Edital apregoando os benefícios para os que se decidissem a emigrar. Alistaram-se moradores de todas as ilhas. No Faial, a Câmara da Horta respondeu ao Rei em 14 de janeiro de 1747, informando ter alistado 230 casais, além dos solteiros, totalizando 1600 pessoas prontas para o transporte:

Nos pareceu dar conta a Vossa Majestade da gente que até o momento se acha pronta a receber a Real grandeza de Vossa Majestade e singular bem feito que lhe faz, de tirar da miséria e indigência em que vivem, transportando-os para onde pastem abundantes, ficando os mais com alguma largueza de poderem viver com os limitados frutos que produz a terra. Sendo Vossa Majestade servido mandar tirar esta gente que se acha pronta será maior a sua real clemência determinando que os navios de seu transporte tragam ordem de receber os instrumentos de agricultura que alguns tiverem, que serão muito poucos, porque pela maior parte só levarão seus corpos.<sup>18</sup>

---

<sup>18</sup> BPARJJG, 08-LV-REG-CMHORTA, p. 248. Registro da carta que se mandou da Câmara desta Vila da Horta, a Sua Majestade Rey D. João V sobre o transporte dos casais que o mesmo Senhor mandara alistar para transportar aos Brasis. Disponível em: [http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca\\_digital/08-LV-REG-CMHORTA/08-LV-REG-CMHORTA\\_item1/index.html?page=246](http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/08-LV-REG-CMHORTA/08-LV-REG-CMHORTA_item1/index.html?page=246). Acesso em: 5 de julho de 2021.

O documento evidencia como parte da população era considerada pela Câmara da Horta: “esta gente”, que vive na miséria e indigência, que só tem para levar seus próprios corpos. A carta também elogiava a clemência do Rei, por retirar os miseráveis da terra, permitindo aos que ficassem viver “com alguma largueza”. Observa-se aqui as divergências entre os objetivos da corte em Lisboa e o das Câmaras nos Açores. Enquanto as determinações régias exigiam que fossem enviados “os melhores”, gente saudável, com boa disposição, as autoridades açorianas viram no projeto uma solução para a superpopulação que atingia parte das ilhas, aproveitando-se da medida para fazer o descarte dos moradores em condições de pobreza extrema.

O primeiro grupo partiu do porto de Angra, na ilha Terceira, em dois navios, em outubro de 1747, chegando em Santa Catarina no dia 6 janeiro de 1748. Pela correspondência enviada por José da Silva Paes, governador de Santa Catarina ao Rei, sabe-se que 85 casais desembarcaram na ilha, num total de 461 pessoas; tendo morrido 12 pessoas na travessia e outras chegando doentes ou adoecido ao chegar.<sup>19</sup>

Sobre os doentes, o Governador relata ter custeado seus medicamentos, “atendendo-os em suas pobreza e desamparo”<sup>20</sup>. O Conselho Ultramarino, recomenda aprovar a despesa, “por esmola muito digna da piedade de V. Majestade e clemência com que com tudo tem praticado com estes novos colonos”<sup>21</sup>. Embora o transporte dos casais estivesse a cargo da Real Fazenda, as despesas associadas aos doentes foram consideradas uma esmola, um favor concedido pelo Rei piedoso e clemente, ocultando sua responsabilidade como promotor do projeto.

Nas viagens seguintes, a situação se repete ou piora, como relata o novo governador da ilha de Santa Catarina, Manuel Escudeiro de Souza nas cartas que envia ao rei, informando o “mau sucesso” das viagens, com elevado número de mortos e doentes. 109 pessoas morreram na leva de 1749, “desembarcando enfermos quase todos os que escaparam vivos,

---

<sup>19</sup> AHU\_ACL\_CU\_021, Cx. 1, Doc. 43 (1), p. 3. Projeto Resgate - Santa Catarina (1717-1787). Carta do governador de Santa Catarina, Brigadeiro José da Silva Paes ao rei D. João V sobre a chegada dos primeiros casais, de 24 de fevereiro de 1748. Disponível em: [http://resgate.bn.br/docreader/021\\_SC/320](http://resgate.bn.br/docreader/021_SC/320). Acesso em: 3 jul. 2021.

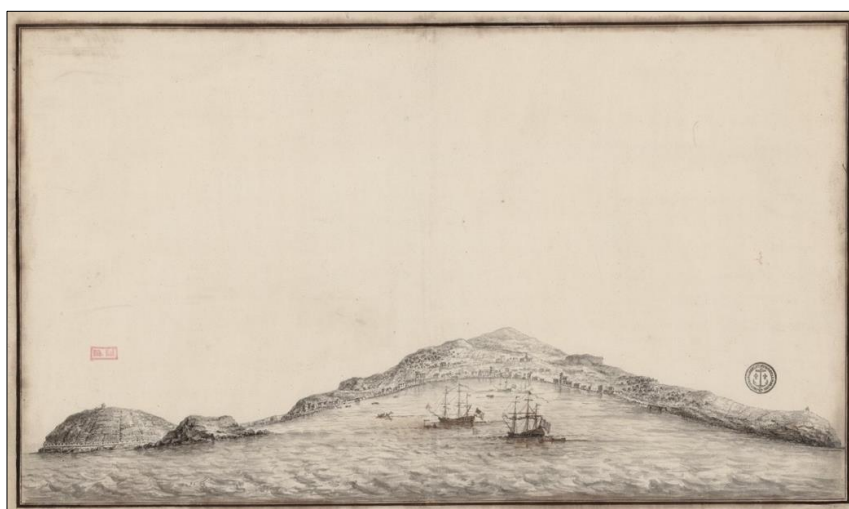
<sup>20</sup> AHU\_ACL\_CU\_021, Cx. 1, Doc. 55, p. 5. Projeto Resgate - Santa Catarina (1717-1787). Carta do governador da ilha de Santa Catarina, brigadeiro José da Silva Paes ao rei D. João V sobre assistência aos doentes, de 28 de fevereiro de 1748. Disponível em: [http://resgate.bn.br/docreader/021\\_SC/395](http://resgate.bn.br/docreader/021_SC/395). Acesso em: 3 jul. de 2021.

<sup>21</sup> AHU\_ACL\_CU\_021, Cx. 1, Doc. 55, p. 1. Projeto Resgate - Santa Catarina (1717-1787). Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V, com parecer sobre a carta do ex-governador de Santa Catarina, brigadeiro José da Silva Paes, em que informa haver mandado assistir pela Fazenda Real aos casais que adoeceram, de 16 de junho de 1749. Disponível em: [http://resgate.bn.br/docreader/021\\_sc/392](http://resgate.bn.br/docreader/021_sc/392). Acesso em: 3 jul. 2021.

dos quais têm falecido até agora sem poder extinguir a malignidade escorbuta de que chegaram infectos”<sup>22</sup>. Em 1750, Escudeiro denuncia a “mortandade de gente que se infeccionou de malignas e escorbutos”, convencido de a causa foi “vir a gente empilhada”<sup>23</sup>. Em 1751, reclama da vinda de idosos, “gente sem forças e inútil para o trabalho”<sup>24</sup>.

Em 1752, informa a morte de 57 pessoas no mar e 22 falecidas após a chegada, “estando os hospitais ainda bem cheios, não obstante o grande desvelo e consolo com que lhes assistem.”<sup>25</sup> A carta enviada no dia seguinte dá conta de outras oito pessoas falecidas em um período de 24 horas<sup>26</sup>. Dessas três embarcações que chegaram em Santa Catarina no começo do ano de 1752, uma delas havia saído do porto da Horta, na ilha do Faial (Figura 3).

Figura 3 – Porto da Horta, Faial



Fonte: Bibliothèque Nationale de France, Département Cartes et Plans.

<sup>22</sup> AHU\_ACL\_CU\_021, Cx. 1, Doc. 53. Projeto Resgate - Santa Catarina (1717-1787). Carta do governador de Santa Catarina, Manuel Escudeiro Ferreira de Sousa, ao rei D. João V, de 18 fev. 1748. Disponível em: [http://resgate.bn.br/docreader/021\\_SC/383](http://resgate.bn.br/docreader/021_SC/383). Acesso em: 3 jul. 2021.

<sup>23</sup> AHU\_ACL\_CU\_017-1, Cx. 62, Doc. 14.647, p. 1. Projeto Resgate - Rio de Janeiro (CA). Carta do governador de Santa Catarina Manuel Escudeiro Ferreira de Sousa, de 20 de fevereiro de 1750, ao rei D. João V, em complemento à anterior. Disponível em: [http://resgate.bn.br/docreader/017-1\\_RJ/30335](http://resgate.bn.br/docreader/017-1_RJ/30335). Acesso em: 3 jul. 2021.

<sup>24</sup> AHU\_ACL\_CU\_021, Cx. 1, D. 72, p. 3. Projeto Resgate - Santa Catarina. Carta do governador da ilha de Santa Catarina Manuel Escudeiro Ferreira de Sousa ao rei D. José I sobre a chegada de três navios das ilhas dos Açores, de 27 de fevereiro de 1751. Disponível em: [http://resgate.bn.br/docreader/021\\_SC/469](http://resgate.bn.br/docreader/021_SC/469). Acesso em: 3 jul. 2021.

<sup>25</sup> AN - BR\_RJANRIO\_86.COD.0.0106, v.02, fl.2. Carta do governador de Santa Catarina Manuel Escudeiro Ferreira de Sousa ao rei D. José I, de 16 de abril de 1752. Disponível em [http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR\\_RJANRIO\\_86/COD/0/0106\\_v\\_02/BR\\_RJANRIO\\_86\\_COD\\_0\\_0106\\_v\\_02\\_d0001de0001.pdf](http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/BR_RJANRIO_86/COD/0/0106_v_02/BR_RJANRIO_86_COD_0_0106_v_02_d0001de0001.pdf).

<sup>26</sup> AHU\_ACL\_CU\_021, Cx. 1, Doc. 82. Projeto Resgate - Santa Catarina (1717-1787). Carta do governador de Santa Catarina Manuel Escudeiro Ferreira de Sousa ao rei D. José I, de 17 de abril de 1752. Disponível em: [http://resgate.bn.br/docreader/021\\_sc/559](http://resgate.bn.br/docreader/021_sc/559). Acesso em: 3 jul. 2021.

“Nossa Senhora da Conceição e Porto Seguro”. Esse era o nome do navio que saiu do Faial, no final de 1751. A embarcação transportava 98 casais, entre os quais o Casal do Número Manuel da Rosa, aos 40 anos e Ana Pereira, com 36 anos de idade, junto com seus filhos pequenos: Jacinta Bernarda, de 9 anos, Manuel, de 6 anos e José, de 3 anos<sup>27</sup>.

Acompanhar esse casal em seu percurso oceânico permite compreender como era realizada a travessia e quais as adversidades enfrentadas pelos passageiros, especialmente as mulheres e crianças pequenas. Além disso, este Casal do Número apresenta uma condição especial: Ana Pereira estava grávida e viria a dar à luz a bordo do navio.

Nesse quinto ano do transporte, os três navios atravessaram o Atlântico carregando um total de 269 casais, compreendendo 1.530 pessoas<sup>28</sup>. O navio “Nossa Senhora da Conceição e Porto Seguro”, era capitaneado por Pedro Lopes Arraya e transportava 98 casais, entre os quais o Casal do Número Manuel da Rosa e Ana Pereira.

Da mesma forma que as anteriores, essa viagem foi uma tragédia. A travessia era longa e desconfortável. As embarcações eram frágeis, inapropriadas e transportavam um número excessivo de passageiros, o que derivava em espaço insuficiente, alimentos escassos, falta de água e de higiene. A água insalubre, a falta de comida fresca, as péssimas condições sanitárias, a umidade e o atendimento médico precário, ocasionaram muitas doenças: febre, infecções, pneumonia e carência de vitamina C, que causava o escorbuto. Mesmo que não tenha faltado alimentos, ainda assim muitos passageiros ficaram doentes.

Para evitar essa alta mortalidade, que era um fato recorrente nas viagens de longa duração no século XVIII, os contratos com os assentistas detalhavam as condições de como deveria ser feito o transporte. Além disso, antes mesmo da primeira viagem, foi elaborado o “Regimento que se há de observar no transporte dos Casais das Ilhas da Madeira e dos Açores

---

<sup>27</sup> BPARJG - Horta - FAL-HT-CASTELOBRANCO-B-1736-1777, imagem n. 75. Registro de batismo de José, nascido em 25 de agosto de 1748. Disponível em: [http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca\\_digital/FAL-HT-CASTELOBRANCO-B-1736-1777/FAL-HT-CASTELOBRANCO-B-1736-1777\\_item1/index.html?page=75](http://culturacores.azores.gov.pt/biblioteca_digital/FAL-HT-CASTELOBRANCO-B-1736-1777/FAL-HT-CASTELOBRANCO-B-1736-1777_item1/index.html?page=75). Acesso em 24 jan. 2021.

<sup>28</sup> AHU\_ACL\_CU\_021, Cx. 1, Doc. 82, p. 1. Projeto Resgate - Santa Catarina (1717-1787). Carta do governador de Santa Catarina Manuel Escudeiro Ferreira de Sousa, de 17 de abril de 1752, ao rei D. José I, sobre os casais que chegaram na ilha. Disponível em: [http://resgate.bn.br/docreader/021\\_SC/559](http://resgate.bn.br/docreader/021_SC/559). Acesso em: 3 jul.2021.



para o Brasil”<sup>29</sup>, publicado em 5 de agosto de 1747. Mesmo assim, a maior parte dos passageiros adoecia, muitos morriam e seus corpos eram jogados ao mar.

O Regimento dos Transportes continha as regras de conduta, alojamento e providências a serem tomadas, detalhando especialmente os cuidados para garantir a boa ordem e segurança das mulheres. Por questões morais, para que “jamais houvesse a menor ocasião de escândalo”<sup>30</sup> e visando a proteção contra assédio, o “bom governo e o sossego”, as mulheres e os menores de sete anos ficavam alojados em compartimentos separados dos homens, em cômodos chaveados, sob a vigilância de guardas. Falar com uma mulher sem licença ou cometer qualquer ato que pudesse ser visto como abuso, gerava sanções diversas, como diminuição da ração, prisão ou reclusão em ferros, conforme a gravidade do caso.

A especificação e divulgação dos cuidados referentes às mulheres, serviam como um incentivo ao alistamento, que tinha como objetivo arregimentar famílias e não apenas homens solteiros. As cláusulas do regimento foram um recurso para garantir o sucesso da Política de Casais. Além de manter a ordem, tais disposições tinham como finalidade afiançar a proteção das mulheres embarcadas, para que fossem conduzidas com “honestidade e recato”, assegurando que não seriam assediadas durante a viagem. Mas essa preocupação com a segurança não considerava sua saúde, bem-estar e conforto.

Considerando a mortalidade no decorrer da viagem ou logo após o desembarque, pôde-se observar que foram as mulheres e crianças pequenas as que mais sofreram, visto as condições determinadas para seu transporte. Embora tivessem a proteção como propósito, tais regras enclausuraram as açorianas em um ambiente insalubre durante a maior parte do percurso. Esse tratamento dispensado às mulheres, colocava-as em uma condição semelhante à de prisioneiras. Segundo Wiederspahn (1979, p. 21), ao negar às mulheres o acesso periódico ao convés, o regimento impôs um “verdadeiro enjaulamento, como se as mulheres estivessem em prisões”. Coneva ressalta: “Os transportes se tornavam verdadeiras torturas para as mulheres e as crianças, que acompanhavam esposos e pais a esta aventura” (CONEVA, 2010, p. 34).

---

<sup>29</sup> AHU\_ACL\_CU\_021, Cx. 1, Doc. 36, p. 21. Projeto Resgate - Santa Catarina (1717-1787). Regimento de 5 de agosto de 1747. Disponível em: [http://resgate.bn.br/docreader/021\\_SC/246](http://resgate.bn.br/docreader/021_SC/246). Acesso em: 3 jul. 2021.

<sup>30</sup> AHU\_ACL\_CU\_021, Cx. 1, Doc. 81, p. 1. [http://resgate.bn.br/docreader/021\\_SC/550](http://resgate.bn.br/docreader/021_SC/550). Op. cit.

Ana Pereira e os três filhos viajaram junto com as demais mulheres e crianças em um cômodo escuro, de ventilação escassa e grande umidade, no porão do navio. A única ocasião em que podiam sair ao convés era para ir à missa, sob escolta armada. Manuel da Rosa não podia falar com a esposa ou com os filhos sem uma licença especial. Ainda assim, a conversa precisava ocorrer na presença do Capitão.

Grávida, trancada durante a maior parte do percurso, em um compartimento separado do marido, mantida com os filhos pequenos em um alojamento úmido, escuro e superlotado, sem poder contar com a presença de Manuel, Ana Pereira dá à luz uma menina, Maria que, segundo o registro de batismo de Maria, ocorreu no mar em 21 de fevereiro de 1752<sup>31</sup>.

Desse grupo que desembarcou em Santa Catarina no começo de 1752, os “que chegaram com melhor disposição” ainda sofreram um novo deslocamento, sendo “despachados” 106 casais para a vila do Rio Grande. Novamente, é através da filha Maria que se descobre a passagem da família de Manuel e Ana nas sumacas enviadas ao Rio Grande. O livro da Matriz de Jesus Maria José de São Pedro de Rio Grande, no dia 1 de julho de 1752<sup>32</sup>, registra seu óbito, sepultada na mesma Matriz, aos 4 meses de idade.

O modo como as famílias açorianas foram transportadas dos Açores e acomodadas ao chegar em solo americano, aponta para o estabelecimento de uma hierarquia de poder e estratificação social rígida nas colônias. Segundo Hameister (2005, p. 74), atrair membros de famílias nobres era parte da estratégia da Coroa de reproduzir na colônia a mesma estrutura estratificada do Antigo Regime. “Eram todos povoadores, mas uns já partiam das ilhas ou da península com possibilidades de obtenção de patentes e mercês diferenciadas.” Essa existência de um tratamento diversificado aos nobres e famílias antigas e abastadas dos Açores, expõe as origens das relações de poder que se constituíram e geraram os processos de desigualdade que continuam afetando o tempo presente, com a reprodução de uma sociedade altamente hierarquizada e excludente.

---

<sup>31</sup> BR-SC - Nossa Senhora do Desterro-B-1751-1753, imagem n. 59. FamilySearch. Registro de batismo de Maria. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9Q97-Y3SB-5P6?cc=2177296&wc=MFKF-NM9%3A1030404601%2C1030404602%2C1030493901>. Acesso em: 24 jan. 2021.

<sup>32</sup> BR-RS - Rio Grande-São Pedro-O-1738-1763, imagem n. 58. FamilySearch. Registro de óbito de Maria. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F6SM-W7>. Acesso em: 18 jan. 2020.

Doentes, enlutados, enganados, desiludidos e sem recursos Manuel e Ana eram parte do grupo dos miseráveis e foram assentados junto a outras famílias açorianas na Ilha da Torotama, distrito de Rio Grande, em pequenas propriedades que abrigavam mais de um casal, sem receber o gado ou os outros subsídios previstos. Suas casas de taipa, com cobertura de capim, reboco de lama e excremento de gado “eram completamente desprovidas de conforto” (QUEIROZ, 1992, p. 12).

O casal teve mais dois filhos na vila do Rio Grande: Maria Marcelina, nascida em 19 de junho de 1754 e batizada em 30 de junho<sup>33</sup>, e João, nascido dia 25 de junho de 1757 e batizado em 8 de julho<sup>34</sup>. Em 17 de agosto de 1762<sup>35</sup>, aos 47anos de idade, Ana Pereira faleceu de repente, no campo, no Rincão de Torotama, sendo sepultada na Igreja Matriz. Sete meses após, a filha Jacinta Bernarda, de 20 anos, casou-se com João Inácio Gomes, de Rosais, São Jorge, filho de José Gomes Toste e Maria Pereira Machado. Ocorrido em 22 de março de 1763<sup>36</sup>, o casamento está anotado no final do livro de registro da Matriz. Poucos dias depois os espanhóis invadiram a vila, estabelecendo uma nova linha de fronteira.

Os mais desprovidos, os que residiam mais afastados do porto e os que estavam instalados na ilha da Torotama, como era o caso da família de Manuel da Rosa, não conseguiram fugir e foram aprisionados pelas tropas espanholas. Desse grupo, cerca de 90 famílias açorianas foram levadas para a região de Maldonado, no território espanhol, com a intenção de formar um novo povoado: San Carlos, enquanto outras famílias foram obrigadas a sair de suas casas e ir para outros sítios sob domínio espanhol, ao redor da vila do Rio Grande. Esse foi o caso do viúvo Manuel da Rosa. Não se dispõe da localização exata para

---

<sup>33</sup> BR-RS - Rio Grande-São Pedro-B-1755-1757, imagem n. 24. FamilySearch. Registro de batismo de Maria. Disponível em: <https://familysearch.org/ark:/61903/3:1:9Q97-Y3SB-5P6>. Acesso em: 24 jan. 2021.

<sup>34</sup> BR-RS - Rio Grande-São Pedro-B-1757-1759, imagem n. 24. FamilySearch. Registro de batismo de João. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F69J-NZ?i=23>. Acesso em: 18 jan. 2020.

<sup>35</sup> BR-RS - Rio Grande-São Pedro-O-1738-1763, imagem n. 117. FamilySearch. Registro de óbito de Ana Pereira. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-F69B-5K?from=lynx1UIV8&treeref=LCN6-69P&i=116>. Acesso em: 23 jun. 2021.

<sup>36</sup> BR-RS - Rio Grande-São Pedro-C-1756-1763, imagem n. 68. FamilySearch. Registro de casamento de João Inácio e Jacinta Bernarda. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7HK7-3?from=lynx1UIV8&treeref=LQR4-HHZ&i=67>. Acesso em: 18 jan. 2020.

BR-RS - Rio Grande-São Pedro-C-1756-1763, imagem n. 68. FamilySearch. Registro de casamento de João Inácio e Jacinta Bernarda. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:939N-7HK7-3?from=lynx1UIV8&treeref=LQR4-HHZ&i=67>. Acesso em: 18 jan. 2020.

onde a família foi enviada, pois não há livros eclesiais ou outros registros disponíveis desse período. Começava, assim, um novo percurso migratório.

Segundo Frega (2003), por ser uma região de fronteira, era comum esse tipo de “lealdades ambivalentes”, devido a multiplicidade de origens dos seus habitantes, indígenas, espanhóis, portugueses, açorianos, povos africanos e os nascidos em solo americano, como os riograndenses, paulistas, montevideanos e portenhos.

Há de se considerar também que, embora fossem súditos da Coroa Portuguesa, nem todos os açorianos se viram estimulados a oferecer resistência em fidelidade à Portugal depois de frustradas as promessas reais, preferindo aceitar o domínio espanhol como forma de obter os benefícios que os havia levado a migrar para a América.

Após a retomada da vila de Rio Grande pelos portugueses, o nome de Manuel da Rosa, do filho Manuel da Rosa (Moço) e dos genros João Inácio Gomes e Francisco Antoria, espanhol de Castela, casado com Maria Marcelina durante a ocupação espanhola, figuram na relação de moradores que ficaram estabelecidos nas proximidades da vila e que possuíam terrenos e não títulos, por estarem ali estabelecidos desde o tempo dos espanhóis<sup>37</sup>.

### *Considerações finais*

Ao analisarmos os documentos referentes ao transporte dos Casais do Número e as condições com que a família de Manuel da Rosa e Ana Pereira e demais açorianos chegaram ao Brasil Meridional, podemos observar que as famílias imigrantes foram tratadas como uma mercadoria a ser transportada, passando por múltiplos deslocamentos até serem assentadas.

O modo como a Coroa Portuguesa e os governadores a eles se referem, a natureza do transporte e a falta de acomodação ao chegar evidenciam o modo como foram tratados, especialmente aqueles que apresentavam uma situação econômica desfavorável: uma pobre gente miserável em busca de uma condição de vida melhor no além-mar.

As mulheres e as crianças, ao que tudo indica, foram as que mais sofreram com as péssimas condições do transporte. Os registros sobre Ana Pereira e sua filha Maria fornecem vestígios da vida das mulheres imigrantes, percebendo que sobre elas recaíram sofrimentos

---

<sup>37</sup> AN. BR RJANRIO 86.COD.0.104, v.08, fl.46v. [**Vice-reinado. Correspondência com o governador e mais pessoas do Rio Grande do Sul sobre demarcagem de limites etc.**] Relação de moradores da freguesia de São Pedro do Rio Grande, 1786.

ainda maiores do que os padecidos pelos seus companheiros, com altas taxas de mortalidade durante a viagem ou logo após o desembarque.

Embora o Regimento dos Transportes promettesse segurança na travessia, houve muitas falhas em atender ao bem-estar e saúde dos imigrantes, do que se extrai que a expectativa de um futuro melhor já se desfazia tão logo começava a viagem.

Com os litígios de limites territoriais entre as duas Coroas Ibéricas, os vínculos entre açorianos e os demais grupos ao redor da vila de Rio Grande estavam comprometidos pela rivalidade e desconfiança, gerando relações ambivalentes, mescla de interação, tensão e conflito, configurando uma multiplicidade de formas relacionais, que constituíam a própria fronteira em construção.

A travessia do casal Manoel e Ana apresenta as relações de poder e o jogo de interesse quem envolvia a demarcação de territórios e fronteiras, bem como o domínio e o poder no processo de construção da colonialidade. Em meio a tecitura econômica e política que abarcava a disputa das terras meridionais da América no século XVIII, o deslocamento de casais açorianos, estrategicamente, revertia em vantagens para a Coroa portuguesa.

A partir dos incentivos régios prometidos e, no intuito de mais oportunidade para sua família, Manoel e Ana embarcaram e enfrentaram a travessia do Atlântico rumo à América Meridional. Os documentos nos “contam” pouco sobre a trajetória do casal, mas seus indícios e vestígios permitem acompanhar as agruras do deslocamento e as péssimas condições imputadas principalmente à Maria e sua prole.

Manuel e Ana nos remetem a um tempo pretérito, mas que em muito se assemelha a outras travessias além-mar, mais contemporâneas.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Maria Norberta. Trajetórias de vida. Nascer nos Açores no Século XVIII. Abordagem Demográfica. *Cultura, Espaço e Memória*. Porto: CITCEM, 2021, v. 13, p. 13-42. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/CITCEM/article/view/11200>.

AMORIM, Maria Norberta. *O Pico: as famílias*: as famílias da Candelária nos finais do século XIX. Câmara Municipal da Madalena: CITCEM, v. 1, 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/18744>. Acesso em: 24 mar. 2021.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. v. 1. Petrópolis: Vozes, 2014.

D'ALMEIDA, G. *Diccionario historico-geographico dos Açores*. Ponta Delgada: TDA, 1893. 208p. Disponível em: <https://purl.pt/13946/3/#/1>. Acesso em: 13 abr. 2021.

DENZIN, Norman K. *The Research Act: A Theoretical Introduction to Sociological Methods*. New Brunswick, New Jersey: Transaction Publishers, 2009. E-book.

HAMEISTER, Martha Daisson. Notas sobre a construção de uma “identidade açoriana” na colonização do Sul do Brasil no século XVIII. *Anos 90*. Dossiê Etnicidade. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 12. n. 21/22, jan-dez. 2005. p. 53-101.

LEVI, Giovanni. Micro-história e história da imigração. In: VENDRAME, Máira et al. *Micro-história, trajetórias e imigração*. São Leopoldo: Editora OIKOS, 2015, p. 246-262.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIMA, Hélder Fernando Parreira de Sousa. Os Açores na Economia Atlântica. Contribuição para o seu estudo nos séculos XV, XVI e XVII. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, v. 34, p. 103-392, 1976.

MENESES, Avelino de Freitas. A população dos Açores em meados do século XVIII. In: SANTOS, Carlota; MATOS, Paulo T. (orgs). *A demografia das sociedades insulares portuguesas*. Braga: Citcem, 2013.

MENESES, Avelino de Freitas. O Povoamento. In: MATOS, Artur Teodoro de (coord.). *A Colonização Atlântica*. v. III, Tomo 1. Lisboa: Editorial Estampa, 2005. p. 209-306.

OSÓRIO, Helen. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: UFRGS Ed., 2007.

PESAVENTO, S. *Memória Porto Alegre: espaços e vivências*. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

REVEL, Jacques. (org.) *Jogos de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROCHA, Gilberta P. N. et al. O Arquipélago dos Açores como região de fronteira. *Arquipélago, História*, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, v. 9, p. 105-140, 2005.

RODRIGUES, José Damião. Das ilhas oceânicas às “ilhas de ocupação”: casais e recrutas dos Açores no povoamento da América Portuguesa. In: OLIVERO, Sandra G., BENITO, Carmen Hierro (coord.). *Entre redes y espacios familiares en Iberoamérica*. Repensando estratégias, mecanismos e ideários de supervivencia y movilidad. Sevilla: Egregius, 2017.

RODRIGUES, José Damião. Um arquipélago de geometria variável: representações dos Açores no período moderno (séculos XVI-XVIII). *Revista de História Regional*, n. 13, v. 1, p. 7-22, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.3/440>. Acesso em: 3 jun. 2021.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

XAVIER, Ângela B; HESPANHA, António Manuel. As redes clientelares. In: HESPANHA, António Manoel (coord). *O Antigo Regime (1620-1807)*. Lisboa: Ed. Estampa, 1993.

WEBER, Max. *Max Weber: sociologia*. São Paulo: Ática, 1979.